



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

8 DE SETEMBRO DE 2023



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

8 DE SETEMBRO DE 2023

No dia oito de setembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no piso superior do Cineteatro Vianense, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;
- 3) Proposta de aprovação da candidatura à medida Radar Social, no âmbito da componente 03- Respostas Sociais no seu investimento RE-CO3-i01- Nova Geração de Equipamento e Respostas Sociais do Plano de Recuperação e Resiliência (Criação de dois postos de trabalho com contrato a termo certo durante o período de 27 meses, na carreira e categoria de Técnico Superior, com formação em Sociologia e em Serviço Social, que constituirão a equipa do Projeto);
- 4) Proposta de aprovação da contratação de um empréstimo de M/L prazo, destinado à Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa em Viana do Alentejo;
- 5) Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto (também Presidente de Junta de Freguesia) para participar no XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que se realiza no próximo dia 30 de setembro, no Pavilhão Cidade da Amora, no Seixal;
- 6) Proposta de aprovação da proposta final da 1ª alteração à 1ª revisão do Plano Diretor Municipal;

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e constatando a falta da primeira secretária, declarou que nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º do Regimento, nas faltas e impedimentos do primeiro secretário este é substituído pelo segundo secretário. Assim, na ausência da primeira secretária Marília de Jesus Vaz Rasquinho as funções de primeiro secretário foram exercidas pelo membro Nuno José Caeiro Grave. -----

O Senhor Presidente da Assembleia utilizou então a faculdade prevista no n.º 4 do artigo 16.º do Regimento, designando o membro Sara Patrícia Galega Rodrigues, para integrar a mesa na qualidade de segunda secretária. -----

O primeiro secretário da Mesa procedeu à verificação das presenças, estando presentes os seguintes membros:

- Estêvão Manuel Machado Pereira, que presidiu
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de primeiro secretário
- Vítor Manuel Lôpas Fialho
- Sara Patrícia Galega Rodrigues, na qualidade de segunda secretária



- António Manuel Dimas Grosso
- Marta Sofia São Pedro Figueiredo Lopes Rebocho
- José Fernando Nazaré Pereira
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes
- Célia do Carmo Mendes Remourinho Peres Sabino
- João de Deus Carapeto Fialho
- Rosinda de Fátima Bandarra Gaio, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar
- Vasco Miguel Teles Fialho, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo.

O membro Marília de Jesus Vaz Rasquinho, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Paula Alexandra Mendes Maurício. O membro Joana de Carvalho Galvão, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Manuel Jorge de Matos Rafael-----

O membro Ricardo Filipe Malagão Soldado mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Fernando Augusto Sampaio Monteiro de Brito e Silva. -----

O membro Frederico Miguel Claudino Nunes de Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, fez-se substituir pela Secretária da referida Junta de Freguesia, Maria Bárbara dos Santos Matadinho. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia que colocou à consideração dos eleitos, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, proposta de inclusão de um novo ponto na Ordem de Trabalhos, passando, esta a conter sete pontos em vez de seis, no caso de ser aprovada. ---

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que este ponto trata da transferência de verba para a Junta de Freguesia de Alcáçovas, no âmbito da Semana Cultural a decorrer. -----

A proposta teve o acordo de todos os membros. -----

Ainda no uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou à consideração dos eleitos, outro pedido do Senhor Presidente da Câmara, para alterar a Ordem de Trabalhos, de modo a que o sexto ponto - *Proposta de aprovação da proposta final da 1ª alteração à 1ª revisão do Plano Diretor Municipal* passasse para segundo lugar na Ordem de Trabalhos, uma vez que a Arquiteta Maria João, presente na sessão, iria prestar alguns esclarecimentos. -----

A proposta foi aprovada por todos. -----

No período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, referindo que a mesma se encontra disponível para quem a quiser consultar. -----

Ainda neste período, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à apreciação a ata relativa à sessão ordinária de 30 de junho de 2023 e perguntou se, depois da leitura, alguém queria colocar alguma questão, relativamente à ata ou a alguma das páginas desta ata. -----



Não havendo qualquer manifestação por parte dos membros da Assembleia, o Senhor Presidente da Assembleia referiu que, da leitura que fez, encontrou apenas um erro numa palavra, que considerou irrelevante, mas que “quando se detetam devem ser corrigidos”.

Assim, na página vinte e dois da ata, numa intervenção do membro Nuno Grave, a palavra “prazo”, não está corretamente escrita, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia chamou a atenção para o facto. -----

Submetida a votação, a ata relativa à sessão ordinária de 30 de junho de 2023, a mesma foi aprovada com dez votos favoráveis e seis abstenções por parte dos eleitos do Partido Socialista. Não participaram na votação os membros António Grosso e Célia Sabino, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. -----

Fez uso da palavra o membro Nuno Grave que, apresentou uma declaração de voto, justificando a abstenção da bancada do Partido Socialista: -----

“A Bancada do Partido Socialista absteve-se na votação da ata da sessão ordinária de 30 de junho de 2023, tendo em conta que a mesma foi recebida no próprio dia, mais concretamente, perto da uma da manhã.

Para além da constatação do incumprimento do regimento da Assembleia Municipal, alguns membros não tiveram, com certeza, a possibilidade de fazer a sua leitura com a atenção mínima para um documento com mais de trinta páginas.

As situações apresentadas justificam a decisão de abstenção desta bancada e não de voto contra, demonstrando, assim, a nossa habitual tolerância política e consideração pelos técnicos”. -----

Continuando no período de Antes da Ordem do dia, interveio o membro Bárbara Matadinho, que cumprimentando todos os presentes, começou por deixar um elogio e um agradecimento público à Câmara Municipal por todo o apoio logístico e humano que tem sido dado à realização da Semana Cultural a decorrer. Neste âmbito, o membro Bárbara Matadinho destacou alguns nomes de trabalhadores que têm sido incansáveis no apoio a esta iniciativa, nomeadamente, o Senhor Feliciano Santos, eletricista da Câmara, o Senhor Engenheiro Samuel Barahona, a Carla Merca, do Paço dos Henriques e o Nuno Canelas, entre outros. ---

Em seguida, referiu que, apesar de a Câmara se ter mostrado sempre disponível, gostaria de mencionar um aspeto que considerou “um bocadinho perturbador”, e que se trata do Outdoor da Junta de Freguesia, promotor dos espetáculos ter sido retirado, ainda no decorrer da Semana Cultural. Esta situação foi “alvo de algum stress para quem está a organizar aquele tipo de evento” - afirmou. Sabendo que foi respondido depois, o membro Bárbara Matadinho, disse que gostaria que, da próxima vez, houvesse mais comunicação entre o Município e a empresa contratada para o efeito. -----

Referiu-se ainda ao apoio de 10.000,00 (dez mil euros) que a Câmara irá atribuir àquele evento, contudo, considerou que o mesmo é insuficiente, tendo em conta a inflação e os elevados custos que daí têm decorrido. Neste sentido, disse que gostaria que o Município tivesse contribuído com mais algum apoio financeiro e agradeceu o apoio de cerca de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), destinado ao almoço do Monte do Sobral. Ainda assim, este valor fica muito aquém do custo desta iniciativa. O membro Bárbara Matadinho,



continuando a sua intervenção, afirmou que o referido almoço está integrado na comemoração do primeiro encontro dos Capitães de Abril, no Monte do Sobral, e é um evento de elevada relevância para o concelho, a nível nacional e destacou a presença de algumas individualidades, designadamente, o Senhor Presidente da República, o Senhor Primeiro Ministro, entre outros ministros. Salientou que a Junta de Freguesia tinha a seu cargo esta comemoração, a qual irá enaltecer, a nível nacional, o Concelho de Viana do Alentejo e que haverá uma cobertura de todas as televisões, de todos os canais nacionais, pelo teria sido importante que o Município se tivesse “encostado” um pouco mais à Junta de Freguesia, na organização desta celebração. -----

Fazendo ainda referência à Semana Cultural, este membro deixou uma nota acerca do transporte entre as freguesias, uma vez que já tinha notado, o ano passado, que os fregueses de Viana do Alentejo e Aguiar não têm por hábito frequentar a semana cultural. Esta situação poderá dever-se à falta de transporte (autocarro). Assim, disse que gostaria que à semelhança da Feira do Chocalho, o Município disponibilizasse transporte para esta iniciativa. -----

No que diz respeito à Feira do Chocalho, disse que a Junta de Freguesia de Alcáçovas tinha notado algumas melhorias, como é por exemplo, a colocação da tenda que serve de abrigo aos animais, mas na área dos “comes e bebes” poderia ter ficado fechada, tendo em conta o imenso calor que se fez sentir e também do pó que se levantava. -----

O membro Bárbara Matadinho, ainda no que se refere à “Feira do Chocalho”, afirmou que sendo este o nome da desta feira, poucos foram os eventos alusivos à dita feira ou, melhor dizendo, nenhum- disse. Neste âmbito sugeriu que doravante se apostasse nessa cultura identitária da freguesia de Alcáçovas. -----

Ainda sobre a Feira do Chocalho, considerou que havia poucos feirantes e muito pouca animação para as crianças. -----

Ainda no uso da palavra, este membro congratulou-se com a iniciativa dos “Erasmus”, que trouxe ao nosso concelho alunos da Grécia e da Itália, a qual proporcionou uma troca de aprendizagens entre os países. Não obstante ter sido uma boa iniciativa, não concordou com o facto de o Município ter solicitado apoio financeiro para pagar um dos almoços destes jovens e não concordou também com o apoio solicitado pelo município, para a contratação de dois técnicos para auxiliarem nas atividades desenvolvidas no “Summer”. Referiu que a Junta de Freguesia tem apoiado nos lanches, desde o ano anterior e considerou que esta situação tinha sido um custo a mais, acrescentando que o “apoio deve ser descentralizado do topo para a base e não o contrário”. -----

Sobre as atividades do verão, questionou o Senhor Presidente da Câmara por que motivo a freguesia de Aguiar tinha sido contemplada com oito viagens à praia e Viana e Alcáçovas apenas com quatro. -----

O membro Bárbara Matadinho disse que ainda tinha algumas questões para colocar ao Senhor Presidente da Câmara e referiu que, desde há dois anos em reuniões com o executivo camarário, a Junta de Freguesia de Alcáçovas ainda não recebeu respostas, relativamente a alguns assuntos. Assim questionou por que motivo, os moradores de Vale de Alcácer ainda não têm água canalizada ou por que é ainda não têm uma resposta da parte do Município, dado



que, neste bairro há 25 famílias que já apresentaram um protesto ou abaixo-assinado, sobre este assunto. -----

Outra questão colocada incidiu na situação da legalização dos edifícios da Cruz Vermelha e do cemitério. A concluir a sua intervenção, questionou por que é que a Junta de Freguesia de Alcáçovas ainda não tem carregadores para os veículos elétricos. -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio para responder às questões colocadas pelo membro Bárbara Matadinho e, saudando todos os presentes na sessão, começou por agradecer o elogio aos trabalhadores da câmara, reconhecendo que os mesmos se têm esforçado bastante. Referiu que o executivo estava a sentir alguma dificuldade em disponibilizar trabalhadores para os eventos que não são da câmara, afirmando que “era sempre um esforço e que continuariam a fazê-lo”. -----

Quanto ao outdoor, o Senhor Presidente da Câmara disse que o mesmo tinha sido retirado apenas por umas horas, o que não considerou significativo e acrescentou que, mais uma vez, tinha havido um esforço porque tinham contratado a empresa há uns meses, e tinham acordado a data para a mudança dos Outdoors. No entanto, tinha sido combinado com a Junta de Freguesia de Alcáçovas que os outdoors só seriam retirados no final da semana, mas a informação não foi comunicada à empresa, pelo que esta retirou o outdoor que, rapidamente, voltou a colocar. Disse, ainda, que não terá sido por este facto que as pessoas deixaram de estar informadas sobre a realização da Semana Cultural. -----

Reforçou que foi mais uma cedência por parte do Município, dado que neste momento, já estava tudo preparado para a colocação do outdoor da Feira D’Aires. -----

No que diz respeito ao apoio atribuído pelo Município, o Senhor Presidente da Câmara disse que “esta era a opinião do executivo da Junta de Freguesia” e justificou-se, afirmando que o executivo tem vindo a fazer “cortes em muitas coisas” porque a situação económica não é favorável para ninguém. Se o executivo está a cortar nas suas próprias iniciativas, considera que manter o apoio do ano passado, “já é uma boa ajuda”. Reforçou que “era uma ajuda, um apoio” e que não era a câmara que pagava ou tinha de pagar a “Semana Cultural” de Alcáçovas- afirmou. -----

O Senhor Presidente da Câmara, a propósito do apoio concedido para o almoço no Monte do Sobral, manifestou a sua discordância e frisou que “era ingrato”, da parte desta Junta de Freguesia, considerar que este apoio “é pouco”, já que a câmara está a contribuir com 50% do valor do almoço. Embora seja uma iniciativa que traz muitas pessoas ao concelho, há outras que também trazem e a Câmara não atribui qualquer apoio. -----

Disse, ainda, que a Câmara estava a contribuir com um apoio de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros) para um almoço que iria custar cerca de 5.000,00€ (cinco mil euros), insistindo no esforço que a câmara estava a fazer para apoiar esta iniciativa. -----

Passando à questão do transporte, o Senhor Presidente da Câmara disse concordar com a sugestão do membro Bárbara Matadinho, adiantando que no ano seguinte, a Junta de Freguesia deveria solicitar à câmara, de forma a ser disponibilizado o referido transporte, uma vez que o executivo tenta proporcionar a todos os munícipes a interação entre as freguesias. -----

Continuando a sua intervenção, referiu-se às considerações feitas, em relação à Feira do Chocalho, afirmando que não poderia estar de acordo com elas, particularmente, quando o



membro Bárbara Matadinho manifestou o seu desagrado relativamente à zona dos restaurantes. Em sua opinião, disse o Senhor Presidente que, se estivesse fechada, teria sido pior porque acumularia mais calor. Esta foi uma opção do executivo, a qual achou favorável e que seria de repetir. -----

Em relação à Feira do Chocalho ter poucos feirantes, disse que há muitos anos que se lembrava que era assim e que havia algumas razões para que isto acontecesse, sendo uma delas, o facto de venderem pouco. Assim, optam por não estar presentes para evitar despesas. Ainda que tenha havido tentativas, por parte da Câmara, no sentido de convidar e até negociar com a sua participação na Feira D'Aires, mas sem sucesso. -----

Esta situação já verifica há muito tempo e, se não há pessoas suficientes a comprar, não há condições para vendas, o que significa que a decisão dos feirantes não é assim tão errada-disse. -----

Relativamente ao assunto do Erasmus, afirmou que era naquelas situações que se “via a união entre as instituições” e que não via qualquer problema no pedido de apoio da Câmara às Juntas de Freguesia, nem na ajuda ou contributo que estas possam dar. -----

Ainda sobre esta questão referiu que a freguesia de Alcáçovas também acabou por ser dinamizada com a vinda destes jovens, que se deslocaram aos restaurantes e estiveram bastante tempo na freguesia. Desta forma, “pareceu-lhe bem”, o apoio de 400,00€ (quatrocentos euros) da Junta de Freguesia de Alcáçovas para esta iniciativa. -----

Para responder à questão das viagens das freguesias à praia, o Senhor Presidente da Câmara solicitou à Senhora Vice-Presidente que explicasse este assunto, assim que a sua intervenção terminasse. -----

Passando ao assunto referente aos moradores do Vale de Alcácer, o Senhor Presidente afirmou que tinha havido um pedido, mas não uma abaixo-assinado, e que tem havido vários contactos entre a Câmara e a Junta de Freguesia. Disse que a Câmara estava “em vias de fazer esses ramais” e acrescentou que havia um problema, por parte das Infraestruturas de Portugal, que não permitia atravessar a estrada, pelo que seria preciso pensar numa alternativa para colocar as tubagens da água dos dois lados, o que e ainda não foi oportuno realizar. -----

Para a legalização da Cruz Vermelha e do cemitério, o Senhor Presidente da Câmara disse ainda não ter sido possível, tendo em conta a falta de pessoal para esse fim. Explicou que o gabinete técnico estava lotado, com imenso trabalho e que, no momento atual, a prioridade é despachar processos. Neste contexto, fez referência outras entidades que, ao longo de muitos anos têm aguardado por essa situação, como é o exemplo das Juntas de Freguesia de Viana e de Aguiar, dos Bombeiros Voluntários de Viana, entre outras. -----

O Senhor Presidente da Câmara manifestou a sua intenção e preocupação relativamente a esta matéria e referiu que ainda não tinha tido oportunidade de tratar deste assunto. -----

Quanto aos carregadores elétricos, disse que estavam contratualizados, havendo já o contrato assinado com a empresa e que esta teve de fazer um pedido à E-Redes, a qual terá de fazer um levantamento e emitir, depois, as licenças para os carregadores serem instalados. Assim, disse não poder adiantar datas para que não viesse depois a ser confrontado com o facto de não ter cumprido, mas que isto iria ser uma realidade dentro de alguns meses. -----



Em seguida, a Senhora Vice-Presidente interveio para esclarecer o assunto relativo ao número de viagens à praia e confirmou que, efetivamente, tinha havido quatro viagens para Viana e Alcáçovas e oito para Aguiar. Esta situação deveu-se ao facto de, em Aguiar, haver menos pessoas a inscreverem-se e vão completando o autocarro com o grupo de Alcáçovas e de Viana do Alentejo. Portanto, a freguesia de Aguiar beneficiou de oito viagens, mas com o intuito de completar os autocarros que tinham lugares vagos nas freguesias de Viana e Alcáçovas. Esta foi uma opção do executivo, evitando assim que o autocarro se deslocasse sem ter a lotação completa. -----

Seguidamente, usou da palavra o membro Fernando Janeiro, referindo que, em cerca de dois anos, o Senhor Presidente da Câmara não tinha ainda apresentado resultados consistentes do seu trabalho, não havendo obra nem física nem material que se pudesse ver. Este membro disse que o que o Senhor Presidente se tinha dedicado a alterar a lógica de trabalho, as equipas e as lideranças. O normal seria efetuar alguns ajustes, mas a realidade tem sido alterar, completamente, o que já existia- disse. Para exemplificar, recordou a criação de um gabinete de comunicação com outra estratégia associada, segundo afirmou o Senhor Presidente. “Um gabinete que tinha um coordenador e depois já não tinha” e, desta forma, ficou-se sem saber qual o papel do jornalista Luís Godinho no novo gabinete de comunicação. Para além disto, o membro Fernando Janeiro disse, também, que o Senhor Presidente da Câmara tinha alterado a estrutura orgânica do município, o que levou à saída de dirigentes, a quem não comunicou qualquer planeamento ou datas de saída. Neste contexto, de acordo com as opções do executivo, chegaram outras pessoas para gerir os serviços, contudo, qual o grau de autonomia com que estas pessoas trabalham, sendo responsáveis pelos serviços-perguntou. -----

Este membro questionou, ainda, se a Senhora Vice-Presidente tinha efetiva autonomia para exercer as competências que lhe tinham sido delegadas. -----

Disse também que se ouvia dizer que o Senhor Presidente dizia, recorrentemente, que ele é que mandava e questionou se seria essa a justificação para o desmantelamento total dos circuitos de trabalho, anteriormente estabelecidos. -----

Continuando a sua intervenção, perguntou que Divisão de Gestão de Recursos se esperaria, a partir daquele momento, já que há pouco tempo o Senhor Presidente da Câmara tinha renovado a comissão de serviço da chefe de divisão Maria d’Aires Vilela, para agora a exonerar numa decisão, talvez sem precedentes no panorama autárquico nacional. Ainda sobre este assunto, o membro Fernando Janeiro afirmou que se sabia que não tinha havido nenhuma conversa prévia com a chefe de divisão, tendo-a informado, por carta, do seu projeto de decisão. Manifestando a sua discordância, este membro disse que “não era assim que se tratavam as pessoas” e disse que queria deixar a proposta para que fossem entregues aos Senhores Vereadores da oposição, o documento de defesa, entregue pela visada, em sede de audiência de interessados, já solicitado, bem como a decisão final de exoneração, na qual deve constar uma referência aos argumentos apresentados pela Dra. Maria d’Aires. -----

A finalizar a sua intervenção, o membro Fernando Janeiro, referiu que, há cerca de dois anos, no edifício do Cineteatro Vianense, o Senhor Presidente da Câmara jurou cumprir com lealdade as funções que lhe tinham sido confiadas e questionou se, nessa altura,” estaria já a pensar ser totalmente desleal com todos os, então, dirigentes da autarquia, omitindo, até à



ultima, as suas intenções, para poder, triunfantemente, apresentar-lhas como atos consumados.”-----

Disse, ainda, que esses atos que o Senhor Presidente da Câmara encarava como atos consumados, poderiam não ter o desfecho pretendido. -----

Relembrou que a CDU não tinha maioria na câmara, nem na Assembleia Municipal e, no caso concreto da abertura de concurso para chefes de divisão, a oposição poderá votar contra, pelo facto de lhes ter sido omitida informação, especialmente, no processo que conduziu à exoneração da chefe de Divisão de Gestão de Recursos. -----

De seguida, interveio o membro João Antunes, começando por mencionar as competências da Assembleia Municipal no que diz respeito à apreciação e fiscalização, de acordo com o artigo 21º da Lei 75/201, de 12 de setembro. Neste sentido, disse que a sessão de setembro da Assembleia Municipal costumava ser convocada para o final do mês e que, sendo convocada para o início do mês, não permite que se faça a avaliação do início do ano letivo, nem do evento Feira D’Aires. Não permite igualmente que se faça a avaliação da evolução da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa. O último Auto de Medição, após ter passado metade do tempo disponível para a obra, mostra um grau de execução de apenas 20%, pelo que seria importante poder-se avaliar como evoluiu desde o mês de julho até ao momento-afirmou. --- Este membro disse que as urgências levadas àquela sessão, poderiam ter sido acauteladas muito mais cedo, e que o que não fazia sentido era deixar as avaliações referidas para a Assembleia Municipal de dezembro. -----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro Manuel Rafael, que começou por referir um assunto que já tinha abordado noutras ocasiões e mantendo as críticas dirigidas ao boletim municipal, no que diz respeito ao formato, aspeto gráfico, conteúdo do editorial, disse que gostaria de manifestar a sua estranheza por verificar que o boletim municipal é “um espaço completamente fechado sobre si mesmo”, limitando-se a transcrever as atividades de gestão corrente do Município, destacando um ou outro evento mais importante ou significativo. Disse também que o referido boletim municipal ignorava tudo ao seu redor, ou seja, tudo o que pertence à iniciativa privada é ignorado, esquecido, como se não houvesse vida para além da Câmara Municipal. Abrem ou reabrem estabelecimentos comerciais importantes, como é exemplo o “Restaurante SBO”, que já encerrou, “Pão na Vila”, “Café Central, Casa do Benfica, entre outros, não se encontrando qualquer notícia sobre eles, nem “em rodapé” - disse. -----

O membro Manuel Rafael aludiu também à produção vinícola no Concelho, que também não é notícia, assim como a inauguração de uma nova fábrica de produção e transformação de amêndoa, os Moinhos de Santo António que estão a ser transformados para serem aproveitados num projeto turístico, a Quinta do Poço Novo, em Alcáçovas que disponibiliza dias tranquilos e as obras de recuperação nos dois Conventos do Concelho, Convento da Esperança, em Alcáçovas e Convento de Jesus, em Viana do Alentejo. -----

Este membro, manifestando a sua insatisfação perante este assunto, referiu que parecia que nada disto era importante para ser alvo de informação, e que estes dois últimos projetos iriam desempenhar um papel muito importante para o Concelho de Viana do Alentejo. “São iniciativas como estas que mexem com o pulsar das nossas vilas, com a vida da nossa gente,



pelo que é preciso valorizar e incentivar quem faz a economia mexer de produzir riqueza, apoiar os empresários, artistas, atletas e quem aposta e leva longe o nome da nossa terra e da nossa gente, pois só assim se produz o desenvolvimento das nossas vilas, do nosso concelho, por isso não os podemos ignorar” – disse -----

Ainda no uso da palavra, este membro disse que, estando a atingir metade do mandato, é tempo de fazer um balanço da atividade desenvolvida pelo executivo CDU. Salientou que se reconhece a dificuldade deste executivo em dar continuidade aos projetos herdados, nomeadamente, a envolvente da Sra. D’Aires, o Centro Social de Aguiar ou até as obras na EBSIS- Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa. Há muita indefinição no rumo a tomar e “uma mão cheia de nada, para além de uma ou outra floreira, instalada aqui e ali, bem como uma lavagem a uma fachada que ninguém pediu, mas que na sua origem está a complicar e de que maneira as contas da autarquia” - afirmou. -----

Referiu-se aos 370.000,00€ (trezentos e setenta mil euros) investidos naquelas casas, e o “jeito que dava aquele dinheiro” e acrescentou que era “do conhecimento prévio!” ----- Reportando-se à lista de projetos que o Município pretende desenvolver com financiamento a 85%, listagem da CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, constata-se que a Requalificação Urbana das vilas de Viana, Alcáçovas e Aguiar são enviadas para “são nunca à tarde”. Prioritário parece ser o investimento num projeto que “ninguém pediu”, o Centro Interpretativo da Olaria e da Cerâmica, o qual obrigou a “abrir os cordões à bolsa”, 370.000,00€ (trezentos e setenta mil euros), uma bolsa em que todos os tostões são contados para fazer face às dificuldades que aumentam numa escalada até há pouco tempo impensável-disse. -----

O membro Manuel Rafael disse ainda que, curiosamente, em Alcáçovas, o Centro Interpretativo do Chocalho foi, por decisão deste executivo, desmantelado e enviado para um plano secundário, deixando de ocupar o lugar de destaque a que estava destinado, no Paço dos Henriques. Assim, disse este membro que estavam na presença “de dois pesos e duas medidas”, o que não entendia. -----

Para além do projeto de substituição de infraestruturas de saneamento e abastecimento de águas do Concelho de Viana do Alentejo, de melhorias do comportamento térmico e eficiência energética de alguns edifícios, designadamente, a Delegação da Câmara em Alcáçovas, a Biblioteca Municipal em Viana do Alentejo e o Pavilhão Gimnodesportivo em Viana do Alentejo, do viveiro de empresas, da conclusão da obra do Centro de Saúde de Viana do Alentejo ou da promoção do sucesso escolar, “nada mais há a esperar”, no que diz respeito a projetos financiados a 85%-afirmou. -----

Depois de enumerar estes assuntos, o membro Manuel Rafael colocou as seguintes questões:

- 1) Pretende o executivo avançar para a construção da Piscina coberta, em Viana do Alentejo? Se sim, quando?
- 2) Tenciona requalificar os jardins públicos de Aguiar, Alcáçovas e Viana do Alentejo (Jardim do Rossio)? Se sim, quando?
- 3) Quando são requalificados os Parques Infantis do Concelho que estão num estado lastimável?



Ainda na sua intervenção, o membro Manuel Rafael, disse que o Concelho de Viana do Alentejo seria dos poucos que ainda não dispunha de espaços destinados à prática do Ténis e do Padel e disse que lhe “vinham à memória promessas da promoção do ecletismo desportivo” e questionou se havia alguma intenção ou algum projeto para a implementação e incentivo destas modalidades desportivas. -----

A terminar, membro Manuel Rafael, referiu-se ao Cruzeiro, que tal como o Santuário de Nossa Senhora D’Aires não é pertença da autarquia, “é de toda a gente que é ou gosta de Viana”. Sabe-se que o que resta daquele edifício, pela sua localização e recuperado, seria uma mais valia e um forte reforço na valorização do espaço, transformando-o num todo, com forte componente turística- disse. -----

Perguntou, ainda, se o Município, dentro das suas competências, tinha por objetivo intervir na salvaguarda de tão importante e simbólico património. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelo membro Manuel Rafael e começou por dizer que algumas “eram observações, opiniões e outras eram perguntas”. -----

Em relação ao boletim municipal disse que não tinha nada a dizer, a não ser que o executivo tinha optado por alterar o modelo e que, à partida, não tinha intenção de mudar e disse discordar da opinião daquele membro, quando refere que o boletim “é fechado em si mesmo”, considerando-o um documento aberto e claramente “um boletim municipal”. Não é um boletim para anunciar obras privadas, nem um boletim “que se faz valer de verbas, quando se fala de investimentos”, como se via em outros boletins em que se falava de investimentos e que se desconhecia de quem era, percebendo-se depois que era privado. -----

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou ainda que, “neste boletim municipal”, dá-se espaço às Juntas de Freguesia, dá-se espaço à Santa Casa da Misericórdia, revelando assim que “não se fecham em si mesmos”. -----

Ainda na sua intervenção, disse ter ficado muito contente com o facto de o membro Manuel Rafael ter referido a quantidade de “coisas que tinham aberto em Viana, nos últimos tempos” e que esta situação não teria sido por acaso. Neste contexto, disse o Senhor Presidente da Câmara que, talvez se tivesse facilitado, talvez se tivesse despachado muitos processos que estavam “fechados dentro daqueles armários” e exemplificou com as obras de recuperação dos dois Conventos, um dos quais que já tinha iniciado no tempo do anterior executivo e iria iniciar a segunda fase. Relativamente ao outro Convento, afirmou que havia um projeto na Câmara com quatro ou cinco anos e que estava parado, tendo sido iniciado pelo atual executivo. -----

Quanto ao próximo editorial do próximo boletim municipal, o Senhor Presidente afirmou que “já o tinha feito” e nele iria mencionar a confiança das pessoas e o investimento que está a ser feito no Concelho de Viana do Alentejo.-----

Voltando a dirigir-se ao membro Manuel Rafael, disse que o mesmo “lhe tinha poupado” várias referências à quantidade de serviços que abriram neste Concelho, o que era bastante positivo e que o deixava bastante satisfeito. -----

Em relação à lista de processos dos Centros Históricos, tal como o executivo anterior, também



realizariam obras, se tivessem apoios, o que não tem acontecido porque não abriram candidaturas e é com financiamentos que as Câmaras conseguem realizar obras-disse. ----- Referindo-se ao “desmantelamento dos chocalhos”, disse não concordar, uma vez que já tinha terminado a parceria entre a Câmara, um promotor e os “Chocalhos Pardalinho” e que “foi devolvido aos seus donos.” O que saiu do local foi a exposição dos “Cem Chocalhos”, que não era do Município, de resto tudo continua exposto, tendo sido apenas mudado para outra sala- afirmou. -----

Relativamente ao Viveiro de Empresas, disse que, lamentavelmente, o “tinham deixado cair” porque o projeto tinha sido feito em cima de um edifício que não estava legal e a CIMAC- Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, bastantes oportunidades tinha dado para a sua legalização, o que não aconteceu. Neste âmbito, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que “tinham sido obrigados a deixar cair o projeto em causa”, devido à situação de ilegalidade do referido edifício e, não cumprindo os prazos estabelecidos, a candidatura caiu. -----

Quanto aos Jardins Públicos, adiantou que, de momento, não havia qualquer projeto e que era do conhecimento de todos que este executivo não concordava com o que tinha sido deixado pelo anterior executivo, relativamente ao Jardim do Rossio. Em sua opinião, o que deve ser feito é “um jardim para a população e não um jardim para o Senhor do Convento”, independentemente do respeito que tem pela pessoa em causa e pela obra. -----

O projeto para a requalificação daquele jardim, passa por “roubar” um bocado do seu espaço, de forma a alargar a estrada para “aquele Senhor” e com isso, este executivo discorda totalmente porque não considera que seja uma solução, até porque, tecnicamente, muitas dúvidas existem quanto à possibilidade desta intervenção, tendo em conta as alterações que iria provocar. -----

O Senhor Presidente, quanto a este assunto, referiu que é intenção deste executivo ter um projeto para o Jardim do Rossio, aguardando a oportunidade dos financiamentos. -----

Em seguida, abordou a questão dos Campos de Padel, afirmando que já tinha recebido propostas para a sua construção em Viana do Alentejo, Alcáçovas e Aguiar, contudo, “este ainda não era o momento para se fazer”. -----

Em relação aos Parques Infantis, sublinhando o facto de ter sido “uma herança deixada pelo anterior executivo”, disse que tinham sido todos reprovados pela ASAE, numa inspeção realizada, pouco tempo depois deste executivo ter assumido funções. Já foram pedidos orçamentos e os Parques Infantis que pertencem ao Município serão arrançados- disse. -----

O Senhor Presidente esclareceu, ainda, que a Assembleia tinha sido agendada para aquela data, uma vez que o prazo do PDM – Plano Diretor Municipal terminaria no dia 10 de setembro. -----

A terminar a sua intervenção, o Senhor Presidente referiu-se ainda à questão do Cruzeiro e disse que este era propriedade da Paróquia e “não se faziam obras na casa dos outros”. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro Célia Sabino que, em nome da bancada do VIVA, demonstrou a sua preocupação relativamente aos atrasos da Empreitada da EBSIS – Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, uma vez que a previsão para a conclusão da obra seria em dezembro de 2023, o que significava que faltavam apenas três meses e na sua opinião e na de todos os que acompanham de perto o grau de



execução da obra, esta parece estar bastante atrasada. Assim, se esta não ficar concluída na data, inicialmente, prevista, poderá trazer alguns problemas sérios para o Município, o que será motivo de preocupação –disse. -----

Interveio, de seguida, o membro Cecília Lopes que continuando no assunto das preocupações, referiu-se à Estratégia Local de Habitação, afirmando que a Câmara já tinha retirado verbas aos trabalhos não realizados pela empresa projetista e que se prendia também com o Bairro Pré-Fabricado de Aguiar. O que a bancada do VIVA gostaria de saber é se este processo estava concluído, se estava tudo em conformidade, se havia licenças para se poder avançar com as obras de requalificação. -----

Em seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro Nuno Grave, que no seguimento da intervenção do membro Manuel Rafael e na resposta dada pelo Senhor Presidente da Câmara em relação à ausência de apoios para as obras dos centros históricos, disse que, na lista de projetos enviados para a CIMAC, o Centro de Olaria e Cerâmica, em sua opinião está incluído nos projetos de reabilitação urbana. Esta situação revela que se está a dar prioridade a este projeto, em detrimento da reabilitação dos centros históricos das vilas do Concelho e só em 2030 haverá mais apoios para a reabilitação urbana e, neste caso, “o processo que teve início há uns anos, ficará parado” – afirmou. -----

Continuando a sua intervenção, este membro fez referência ao assunto do outdoor, que foi retirado durante a Semana Cultural de Alcáçovas, o qual já tinha sido abordado pela Secretária da Junta de Freguesia de Alcáçovas, Bárbara Matadinho e acrescentou que faltou também um outdoor a divulgar a décima edição do “Almoço dos Ganhões”, em Aguiar, facto que, julgava nunca ter acontecido. -----

Neste âmbito, o membro Nuno Grave disse que gostaria de saber que motivos estiveram na origem destas situações, se foi falta de coordenação ou de solidariedade institucional, no caso da Junta de Freguesia de Alcáçovas e de desrespeito pelas pessoas que há 10 anos promovem este evento, no caso do “Almoço dos Ganhões”. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, este respondeu às questões colocadas. -----

No que concerne à intervenção do membro Célia Sabino, concordou com preocupação da situação do atraso da obra da EBSIS, mas que, até ao momento, não tinha qualquer indicação de que os prazos não se iriam cumprir. Disse que tinha falado, havia poucos dias, com o Engenheiro responsável sobre a obra e sobre as questões que vão surgindo e ainda sobre a obra “a mais” que terá de ser feita e que não estava prevista e não tinha sido abordada a questão dos prazos, ou seja, oficialmente, não poderá dizer que a obra está atrasada. -----

Relativamente à preocupação manifestada pelo membro Cecília Lopes, informou que o processo está em andamento, embora com atraso da empresa. Explicou ainda que o “rapar” das verbas deve-se ao facto de haver necessidade de as usar para outros fins e que no contrato está acordada a forma de pagamento à empresa que recebe depois de “entregar” o serviço, situação que não se verificou. O Senhor Presidente da Câmara disse que acreditava que no final do ano em curso, a empresa já tivesse prestado serviço e, nessa altura, ser-lhe-ia paga uma parte da quantia, cerca de 20%. -----

Reportando-se à intervenção do membro Nuno Grave, salientou que este membro tinha conhecimento que, neste momento, não havia dinheiro para as reabilitações urbanas. Em



relação ao Centro de Olaria e Cerâmica respondeu que havia outras formas de financiamento, mas não dentro da Reabilitação Urbana. Afirmou que não há avisos abertos e isso “não era o executivo que definia.” -----

Quanto à questão dos outdoors de Alcáçovas, disse que para si “era um não assunto”, e que não se justificava perder tempo com essa questão, dado que a Câmara facilitou, poderia ter dito que não e colocar-se-ia o outdoor da Feira D’Aires. Garantiu que houve a preocupação por parte do executivo em repor o referido outdoor, assim que se apercebeu do sucedido. ---- Em relação ao outdoor do “Almoço dos Ganhões” referiu que era impossível colocá-lo, tendo em conta que o Grupo Desportivo de Aguiar, entidade organizadora, tinha duas datas propostas e que tinha alterado a data habitual do evento, pelo que não era possível colocar um outdoor sem data. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro Manuel Rafael para concluir a sua anterior intervenção. -----

Este membro referiu-se à opção dos projetos para a CIMAC e disse que a informação que tinha era que se poderia ter escolhido dar continuidade à Requalificação Urbana, contudo, o executivo, no seu direito, tinha optado pelo Centro Interpretativo. -----

Este membro disse ainda que havia outro assunto que tinha ficado pendente porque não tinha obtido resposta e que se prendia com a vontade de construir a Piscina coberta, em Viana do Alentejo. -----

Após a intervenção do membro Manuel Rafael, tomou a palavra o membro Paula Maurício que, em nome da bancada da CDU apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento da Professora Gertrudes Pinto, esposa do membro Bengalinha Pinto. -----

Verificou-se, de seguida, a intervenção do membro João Antunes que se referiu ao encerramento de uma das Piscinas, em Alcáçovas, lamentando a situação que também já tinha acontecido, na passada época banhar e reforçou a pergunta colocada pelo membro Manuel Rafael, relativamente à construção das Piscinas cobertas, em Viana do Alentejo e se havia a intenção fazer candidaturas a 85% para esse equipamento. -----

Disse ainda o membro João Antunes que tinha reparado que o Senhor Presidente da Câmara tinha manifestado a sua satisfação pela abertura recente de uma Praia Fluvial, em Albergaria dos Fusos, Concelho de Cuba. A somar a esta, já existia a Praia Fluvial de Mourão, Praia Fluvial de Reguengos de Monsaraz, Praia Fluvial de Alqueva, Praia Fluvial de Amieira, Praia Fluvial do Alandroal e neste contexto perguntou se, em termos turísticos e de qualidade de vida, havia alguma intenção para projetar uma Praia Fluvial, no Concelho de Viana do Alentejo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, em seguida, ao Voto de Pesar, apresentado pelo membro Paula Maurício, questionando se havia alguma “coisa mais estruturada ou se era mais abstrata”. -----

Relativamente a este assunto, o Senhor Presidente da Assembleia manifestou a sua total concordância, salientando que deveria ser o sentimento unânime. -----

Não havendo um documento estruturado para ser apreciado e votado, o Senhor Presidente perguntou aos membros da Assembleia se se deveria colocar este assunto a votação. -----



Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara voltou a intervir e respondeu ao membro Manuel Rafael que, em relação à Piscina coberta de Viana, o executivo gostaria muito de a construir, porém, não havia verbas. No entanto, se aparecesse uma candidatura, que iria recorrer para esse fim. -----

Ao membro João Antunes, disse que, de momento, não era intenção deste executivo projetar uma Praia Fluvial em Viana do Alentejo, mas que tinha o objetivo de promover a Praia Fluvial de Albergaria dos Fusos, já que se situa a dez ou doze quilómetros de Viana do Alentejo. ----
Referiu, ainda, que se “todos os alentejanos promoverem aquela Praia, também será bom para o Concelho de Viana do Alentejo” porque as pessoas passam por aqui para se aí deslocarem. Realçou a morosidade daquele projeto, considerando que teve um processo de licenciamento complexo e afirmou que não acreditava que houvesse população suficiente para duas Praias Fluviais ao lado uma da outra. -----

Voltou a intervir o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, expressando o seu apreço pelo projeto mencionado, da responsabilidade da Câmara Municipal de Cuba e chamou a atenção para a estrada que faz a interseção entre Viana e Alvito (estrada que vai para Águas de Peixe), que se fosse reparada e tornada transitável, tornaria Viana do Alentejo a sede se Concelho mais próxima desta Praia Fluvial. -----

Antes de terminar o período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia, referindo-se ao Voto de Pesar pelo falecimento da Professora Gertrudes Pinto, esposa de um membro da Assembleia Municipal, apresentado pelo membro Paula Maurício, em representação dos eleitos da CDU, submeteu a proposta a votação, ainda que sem documento, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio e disse que a Senhora Vereadora Sara Grou estava a chamar a atenção para o facto de a Câmara também ter aprovado um Voto de Pesar, apresentado pelas Senhoras Vereadoras do PS, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Havendo dois Votos de Pesar com o mesmo objetivo, apresentado nos dois órgãos autárquicos, o Senhor Presidente da Câmara disse que considerava que eram “independentes” e o Senhor Presidente da Assembleia respondeu que era “uma temática muito sensível”, e que fazia todo o sentido que quer a Câmara quer a Assembleia tivessem proposto o referido Voto de Pesar.

Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, e tratando-se de uma sessão ordinária, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o primeiro período destinado à intervenção do público. Foi dada a palavra ao Senhor João Pereira que começou por cumprimentar todos os presentes e, em seguida, disse que a sua presença naquela sessão não era para “matar saudades, mas por curiosidade”, tendo em conta que passaram dois anos do mandato atual executivo. Disse, ainda, que a sua intenção não era intervir na sessão, contudo, “ao ouvir determinadas afirmações, não podia ficar calado”. -----

Assim, o Senhor João Pereira referiu que seria importante esclarecer dois assuntos, e tendo conhecimento de alguns assuntos abordados disse que não lhe parecia correto “baralhar-se a questão do Paço dos Henriques e dos Chocalhos”. -----

Explicou que a exposição dos “Cem Chocalhos de Excelência” não está relacionada com o Programa Pagus”, idealizado para o Paço dos Henriques e respetivo Centro Interpretativo. Na altura, o Dr. Paulo Lima, “Arquiteto” daquele projeto, não se debruçou sobre os “Cem



Chocalhos de Excelência. O Paço dos Henriques, quando foi construído e teve o seu projeto de abertura, contemplava um Centro Interpretativo que se desenvolvia no primeiro andar do Paço. -----

O Senhor João Pereira afirmou já ter falado sobre este assunto numa sessão de Assembleia Municipal, na qual manifestou a sua opinião, respeitando ideias contrárias e referiu que o Senhor Presidente da Câmara não tinha “aceitado muito bem”, mas o que tinha dito era que este tinha sido um projeto feito por profissionais qualificados e de renome na área da Museologia e da Museografia. Depois, colocou-se no primeiro andar, outro tipo de exposições permanentes e reduzir o que era um Centro Interpretativo, com uma leitura museográfica, a uma sala, em baixo, que era uma sala de exposições. Para que todos percebessem este assunto, o Senhor João Pereira explicou que o mesmo se dividia em duas partes. Primeiro, juntou-se todo um espólio museológico numa pequena sala e a explicação que o Senhor Presidente deu, salientando o facto de os chocalhos terem sido devolvidos aos donos, nada tinha a ver com Centro Interpretativo, mas com uma exposição que tinha sido feita “com ar de publicidade”, sobre a Arte Chocalheira, a qual mereceu toda a tenção dos visitantes. -----

Continuando a sua intervenção, disse que a segunda questão que iria abordar, deixava-o bastante preocupado, na medida em que o Senhor Presidente da Câmara tinha afirmado que o projeto do Convento de Nossa Senhora da Esperança tinha estado cinco anos parado com o anterior executivo. Expressando o seu desagrado perante tal assunto, disse que “deveria estar com Alzheimer”, contudo sugeriu que se o Senhor Presidente quisesse, poderia confirmar junto da Chefe de Divisão do “seu tempo”, se tinha entrado o projeto em causa, naquele período e se tinha mantido parado. Do que se lembrava, esse assunto não tinha estado no seu gabinete nem tinha passado pelas suas mãos. Portanto, seria muito importante esclarecer para que não ficasse uma má imagem porque sendo verdade, alguma coisa teria corrido mal consigo, enquanto Vereador, ou com os serviços. Se não corresponder à verdade, gostaria de ficar elucidado e até para que as pessoas percebessem que o anterior executivo não dificultou nenhum projeto, mesmo que não fosse camarário. -----

Referindo-se, depois, ao comentário do Senhor Presidente da Câmara, quando disse que não “fazia obras em casas alheias”, afirmou que o Convento de Nossa Senhora da Esperança também não é da Câmara, assim como outros monumentos importantes, mas que a câmara tinha a obrigação de participar na sua recuperação, valorização e promoção. -----

A concluir, disse ter ficado com a sensação de que as respostas dadas pelo Senhor Presidente da Câmara deixavam a ideia de que o executivo só iria fazer aquilo que fosse financiado. Partindo deste pressuposto, “as próximas eleições iriam ser inéditas porque as forças políticas iriam dizer que só fariam aquilo que lhes financiassem”. -----

“Isto não é gestão” - afirmou. -----

Se o executivo da CDU não está em maioria na Câmara, havendo mais forças políticas no Concelho, é necessário discutir prioridades-disse. -----

O Senhor João Pereira aludiu à questão da importância da Regeneração Urbana, como sendo uma prioridade no Concelho de Viana do Alentejo e lembrou que tudo o que tinha sido feito neste âmbito, tinha sido muito importante, não só a nível turístico, mas também dos recursos que têm de se valorizar. -----



Referiu-se ainda à questão da água, que “será o ouro deste século” e que havia enormes perdas de água, muito superiores àquelas que se gostaria de ter atualmente, portanto a substituição dos canos da água, dos esgotos, das redes elétricas não era nenhuma “festa” nem nenhum “luxo”. Luxo seria colocar outros projetos como prioridade, que não deixam de ser importantes, mas a água é fundamental e as redes têm mais de cinquenta anos, o que leva a um elevado número de roturas, nas zonas que ainda não foram requalificadas, como se constata diariamente. -----

No final da sua intervenção, pediu o favor ao Senhor Presidente da Câmara que questionasse, quando entendesse, a Chefe da Divisão Urbanística e Processual do seu tempo de executivo, quanto à entrada do projeto do Convento de Nossa Senhora da Esperança na Câmara Municipal ou o informasse, na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

Em seguida, verificou-se a intervenção do Senhor José Sabarigo que questionou o Senhor Presidente da Câmara em relação à marcação do estacionamento junto ao Jardim do Rossio porque não se sabe qual é a faixa de rodagem nem qual é o estacionamento e a passadeira que está marcada vai até ao muro. -----

Disse que já tinha apresentado este assunto também com o anterior executivo e que, “não queria ser o Encarregado da Câmara”, tal como ficou subentendido, apenas apresentava situações que precisavam de ser corrigidas para evitar acidentes. -----

Questionou também a possibilidade de ser colocada uma passadeira em frente ao monumento dos Combatentes, uma vez que há um caminho pedonal e os alunos que ali chegam para atravessar não têm passadeira. Este é um processo fácil porque seria preciso só pintar-disse.

Em seguida, o Senhor José Sabarigo dirigiu-se ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, representado pela Secretária Bárbara Matadinho, afirmando que tinha tido conhecimento de “uma festa” dos Capitães de Abril, que era destinada, apenas, a convidados. Disse que não concordava que o “seu Concelho participasse nos Almoços dos outros” e sendo a iniciativa referente aos 25 de abril, seria suposto a população poder assistir e não apenas os convidados. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que respondeu às questões colocadas. -----

Em relação à intervenção do Senhor João Pereira, disse que talvez não se tivesse explicado bem quando falou sobre os chocalhos, mas que tinha dito que a exposição dos “Cem Chocalhos” era uma exposição à parte e que tinha sido essa que tinha” saído”. Disse ainda o Senhor Presidente da Câmara que sabia que as duas situações eram distintas e que concordava com o Senhor João Pereira relativamente ao facto desta exposição ter sido muito importante na promoção do Concelho e da Arte Chocalheira. -----

No que se refere à sala de cima do Paço dos Henriques, disse que não concordava que estivesse ocupada com aquela exposição porque poderia ser aproveitada para outras situações e, por isso, foi mudada para outra sala que, em sua opinião não retira a dignidade à dita exposição. Relativamente à questão sobre o Convento de Nossa Senhora da Esperança, o Senhor Presidente disse que a Arquiteta Maria João, que estava presente na sessão, não iria esclarecer



o assunto porque o objetivo da sua presença era outro. Contudo, iria depois analisar a situação e verificar a data da entrada do projeto. Ainda assim, garantiu que o projeto já estava na Câmara porque “as pessoas tinham ido ter consigo” para saber se o executivo iria dar andamento ao processo, já que não tinham tido resposta e estavam dispostos a partir para outros investimentos, deixando assim de investir no nosso Concelho. -----

Referindo-se à Regeneração Urbana, reforçou que “não se podia fazer nada porque não havia financiamento e a Câmara não tinha capacidade financeira porque são obras que custam muitos milhares de euros”. Relativamente à água, disse que havia candidaturas para essa parte e que iriam aproveitar tudo o que pudessem, nesse âmbito. -----

Em resposta ao assunto das passadeiras, abordado pelo Senhor José Sabarigo, adiantou que não basta pintar, mas que já tinha havido algumas alterações na sinalética e também algumas sugestões relativamente às passadeiras, que foram discutidas em reunião de Câmara, contudo, não se recordava se estava contemplada aquela a que o Senhor Sabarigo se tinha referido. –

Concordou que fazia sentido a colocação naquele sítio e informou que iria proceder-se à marcação das passadeiras no Rossio, as quais estavam pedidas há muito tempo. Para além destas, iria também ser marcada a que está perto do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo e que, no seu tempo de Vereador da oposição já tinha alertado para este assunto. -----

Ainda em relação a este assunto, o Senhor Presidente da Câmara transmitiu que, à semelhança de outros Concelhos, também é sua intenção fazer passadeiras em pedra branca e preta. Esta será uma proposta para as que vierem a ser feitas também para aquelas que já existem. Desta forma, evita-se que tenham de ser pintadas todos os anos-disse. -----

O Senhor Presidente da Assembleia questionou se seriam planas, tendo o Senhor Presidente da Câmara respondido que havia também propostas de lomba, passadeira elevada. -----

Seguidamente, foi dada a palavra à Secretária da Junta de Freguesia de Alcáçovas para responder à questão colocada pelo Senhor José Sabarigo. -----

A Senhora Secretária da Junta de Freguesia de Alcáçovas agradeceu a questão colocada pelo Senhor Sabarigo, a qual já tinha sido também colocada por outras pessoas. -----

Em resposta ao assunto, disse que as cerimónias no Monte do Sobral tinham sido organizadas em pareceria com a Comissão dos 50 anos do 25 de Abril e que, maioritariamente, tinha sido essa comissão a fornecer a lista de convidados, assim como a Associação dos Capitães de Abril. -----

Informou que haveria alguns eventos públicos quer no Monte do Sobral, quer no Jardim Público em Alcáçovas. No Monte do Sobral iria haver a chegada de Paraquedistas, o descerramento de um painel alusivo ao evento e ainda uma pequena intervenção por parte do Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas. O almoço seria para convidados e haveria, depois, a continuação das comemorações, no Jardim Público, com o desfile da chaimite e o espetáculo da Orquestra Jovem Portuguesa, na Sociedade União Alcaçovense, tendo em conta as condições atmosféricas. -----

A Senhora Secretária da Junta de Freguesia disse que, no próximo ano, seria organizado um almoço, mas noutro formato, que se destinará, não só a convidados, mas ao público, em geral.



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu então por encerrado o primeiro período de intervenção do público. -----

Entrou-se de seguida na Ordem de Trabalhos: -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão- A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta, no final da mesma, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que, na sequência da alteração da Ordem de Trabalhos que tinha proposto no início e a qual teve a concordância de todos os membros, o sexto ponto passou para segundo ponto da Ordem de Trabalhos:

Ponto dois) Proposta de aprovação da proposta final da 1ª alteração à 1ª revisão do Plano Diretor Municipal – O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a presença da Arquitecta

Maria João que se disponibilizou para esclarecer eventuais dúvidas que pudessem surgir na discussão deste assunto. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara e explicou que esta alteração ao Plano Diretor Municipal tinha sido imposta, não tinha sido iniciativa do executivo. Disse que esta alteração se prendia com a intenção do governo de acabar com as zonas urbanizáveis, situação com a qual não concorda e referiu que tinha havido esforços para isto não acontecesse, no entanto, o executivo teve de “ir ao encontro do que lhe estavam a impor”. -----

Neste âmbito, solicitou à Arquitecta Maria João que explicasse tecnicamente e respondesse depois às possíveis questões que fossem colocadas. -----

A Senhora Arquitecta começou por esclarecer que “esta alteração era, no fundo, um conjunto de alterações” e que apesar da designação ser 1ª alteração à 1ª revisão do PDM, havia uma série de pontos que era preciso incorporar, ao longo do tempo, no Plano Diretor Municipal. Disse que tinha sido proposto fazer-se de uma vez, aproveitando também para introduzir duas alterações de iniciativa municipal, relacionadas com a previsão do regime extraordinário e que seria temporário para a legalização de algumas operações urbanísticas, em determinadas condições e que estão previstas no Regulamento, através de um artigo próprio e que poderão ocorrer num prazo seguinte à aprovação desta alteração. A outra está relacionada com os parâmetros de estacionamento. -----

Estas alterações são iniciativa municipal, não de legislação obrigatória como as restantes que se iriam referir de seguida- afirmou. -----

Referindo-se a estas alterações de iniciativa municipal explicou que estas estavam relacionadas com regras que não estavam de acordo com a realidade do Concelho de Viana do Alentejo e que, em alguns casos, estavam a criar algumas dificuldades na sua aplicação porque estavam desproporcionadas e aproveitou-se para introduzir estas alterações. -----

No que diz respeito às restantes, a Arquitecta Maria João disse que se tratava da incorporação de planos que já existiam, tais como, os Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alvito e do Pego do Altar, que são dois Planos especiais que estavam publicados desde há algum tempo e que era necessário incluir no Plano Diretor Municipal. Neste sentido, aproveitou-se também para incluir o PROF Alentejo – Programa Regional de Ordenamento Florestal, o qual se devia incluir, com alguma brevidade, dentro do Plano Diretor Municipal -----



Quanto às alterações que o Senhor Presidente da Câmara tinha referido, a Arquiteta Maria João disse que estas estavam relacionadas com a necessidade de proceder à classificação e requalificação de solo, de acordo com as novas regras em vigor, as quais extinguiriam as áreas urbanizáveis e também as áreas urbanas a consolidar, ou seja, estas eram áreas que ficaram dentro do perímetro urbano, temporariamente e que se sabia se a legislação não mudasse, tal como aconteceu, era preciso proceder à sua requalificação. -----

Esta nova classificação, que já vem de 2015, mas que ainda não tinha sido feita a reclassificação do solo, tem duas características principais e que são o solo urbano e o solo rústico e tudo o que estivesse fora destas classificações teria de ser classificado para uma ou para outra. O decreto regulamentar que define as regras para estas duas classificações diz que, em solo urbano fica o solo que está totalmente ou parcialmente edificado ou infraestruturado, portanto, todo o solo que não estiver nesta situação passa para solo rústico. -----

Posteriormente, verificou-se, caso a caso, todas as áreas nas três freguesias, o que resultou na proposta que se está a analisar, constatando-se que há, de facto, uma redução do perímetro urbano e há uma reclassificação para “solo rústico” de algumas destas zonas, sejam urbanizáveis, sejam a consolidar, que não tiveram nem urbanização nem edificação suficientes para cumprir o decreto regulamentar. -----

Para além destas alterações, que são incorporações, há poucas decisões municipais porque há que cumprir regras que obrigaram a tomar estas decisões. -----

Em resumo, disse a Senhora Arquiteta que estas são as alterações que tratam da alteração ao Plano Diretor Municipal numa série de artigos e tratam também da alteração das Plantas de Ordenamento e Condicionante, pelo que é necessário apresentar uma nova classificação e requalificação de solo. -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio, novamente, e referiu-se à situação dos estacionamento, assunto explicado pela Senhora Arquiteta e que em Alcáçovas, na Zona Industrial se sentia esta dificuldade. Com esta alteração, o problema ficará resolvido, havendo ainda a possibilidade de se criarem mais três lotes- afirmou. -----

A Arquiteta Maria João disse que, a definição agora é tornar mais proporcional as áreas de construção em relação ao número de lugares de estacionamento, o que irá resultar em menos áreas de estacionamento nas operações urbanísticas. -----

Ainda sobre este assunto, o Senhor Presidente da Assembleia fez referência a “pequenas zonas”, em Aguiar e algumas zonas em Alcáçovas, chamadas, na altura, zonas de expansão urbana, ou seja solos urbanizáveis e que em Viana se lembrava de “uma mancha grande”, a zona de saída para Évora até ao campo de futebol. Neste contexto, disse que se estes solos iriam todos mudar de uso. São urbanos ou são rústicos e se forem rústicos e aparecer uma intenção de uma urbanização, o que se deve fazer- perguntou. -----

A Arquiteta Maria João respondeu à questão colocada pelo Senhor Presidente da Assembleia e disse que conhecia o diploma, relativamente àquela questão, em concreto. Referiu que não tinha de ficar “fechado em solo rústico tudo aquilo que passa” e que não eram todos os prédios nem a totalidade de todos os prédios. Portanto, onde não havia área infraestruturada ou edificada, com as condicionantes mínimas que estão descritas no decreto, houve alguns prédios que irão passar para solo rústico. O diploma refere também a possibilidade de vir a



requalificá-los para solo urbano. Estas ações são pontuais e devem ser muito bem ponderadas porque há a previsão de virem a ser infraestruturadas no futuro e terá de haver uma programação para aqueles solos e terá de ser explicar muito bem por que é que o solo urbano existente já não chega e é preciso volta a classificá-lo como solo urbano. -----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia e disse que esta explicação dada pela Arquiteta estava relacionada com uma intervenção municipal e questionou se fosse o caso de uma intervenção particular. -----

Respondeu a Senhora Arquiteta que, de momento, não sabia explicar todo o processo, mas sabia que era possível, que o diploma definia, e que sabia quais eram as condições que estavam na base. Naturalmente que deverá estar previsto a infraestruturização daquelas áreas, até porque um dos motivos de indeferimento de um projeto de arquitetura é a inexistência de infraestruturas porque são custos que não estão programados, cuja execução é difícil ou muitas vezes impossível dentro daquele espaço temporal necessário. -----

Assim, afirmou que o processo poderá ser revertido, não sendo uma situação “que vai ficar fechada”. Neste momento, não havendo pré-existências nos locais que garantam essa manutenção em solo urbano, a solução é classifica-lo em solo rústico. -----

Em seguida, o Senhor Presidente da Câmara pediu à Arquiteta Maria João que lhe explicasse o facto de haver uma faixa com cerca de 50 metros, na zona referida pelo o Senhor Presidente da Assembleia e que se conseguiria manter como urbana. -----

Respondeu a Senhora Arquiteta que se estava a falar de duas situações diferentes e que essas faixas tinham sido previstas para a freguesia de Viana do Alentejo, na medida em que existem vários prédios seguidos, áreas extensas e que era difícil serem todas classificadas em solo urbano. Esta tinha sido a primeira proposta do Município, por se considerar que não fazia sentido voltar para solo rústico. A resposta das entidades, nomeadamente da CCDR, de acordo com o decreto, apontava para solo rústico porque não havia infraestruturização nem edificação. Entretanto, quando se verificou que alguns desses prédios eram confinantes com vias públicas, as quais, por si só, já possuem um nível de estruturação básico, como água, esgotos eletricidade, explicou-se à CCDR que se estava a falar de áreas totalmente ou parcialmente estruturadas, junto às vias públicas, o que garantia as infraestruturas básicas mínimas para permitir a edificação. Para melhor identificação dessas áreas, designou-se por “faixas”, as barras que ficavam junto aos caminhos e vias públicas parcialmente ou totalmente infraestruturadas, as quais poderiam permitir a identificação. -----

Em relação aos 50 metros, disse que se tinha pensado em termos técnicos e que se tinha tido por base o Plano Diretor Municipal de 1997 e todas estas zonas, em Viana do Alentejo, eram áreas que ficaram classificadas com a possibilidade de se fazerem loteamentos urbanos. “Olhando para as freguesias e para aquilo que se conhece dos quarteirões e dos loteamentos de iniciativa municipal e também privada, constatou-se que havia uma faixa com 50 metros que era aquilo que era suficiente para vir a fazer um loteamento. Não é que seja obrigatório fazer um loteamento, mas se funciona e é uma operação urbanística que tem uma carga grande, ao nível da construção, ocupando sempre uma “mancha grande de construção”, verificou-se que os 50 metros poderiam ser suficientes, caso a CCDR também achasse que era viável considerar a referida faixa”. -----



Assim, a partir dessa altura, considerou-se que em todos os prédios confinantes com as vias públicas totalmente ou parcialmente estruturadas, com infraestruturas básicas, defendeu-se junto da CCDR essa dita faixa que acabou por ficar nessas zonas. -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio, e na sequência da explicação da Senhora Arquiteta, afirmou que “não ficaram completamente excluídos”, havendo as faixas que são urbanizáveis. Seguidamente usou a palavra o membro Cecília Lopes que afirmou que era de lamentar que, por falta de ação, desde 2015, no caso de Viana do Alentejo, perder-se-iam terrenos urbanos para terrenos rústicos e perder-se-ia também área urbanizável. Por falta de oferta iriam aumentar os custos habitacionais porque, ao perder esses terrenos, os custos iriam aumentar-disse. -----

O membro Fernando Janeiro interveio e referiu-se à questão das passadeiras em pedra, considerando que não seria uma “boa ideia” porque, em tempo de chuva, iria “escorregar –se muito”, sendo perigoso para a circulação automóvel e também para os peões.-----

Relativamente à questão do PDM, perguntou se o prazo era até dia 10 de setembro, de acordo com o que o Senhor Presidente da Câmara tinha dito, uma vez que as informação que tinha era que o governo tinha alargado o prazo até ao fim do ano. -----

Este membro disse que tinha verificado o Decreto-Lei nº 45/2022, de 8 de julho, no artigo 199, o qual indicava que tinha passado para 31 de dezembro de 2023. -----

Agradeceu, ainda à Arquiteta Maria João a explicação dada deste tema bastante complexo e disse que este resumo tinha sido bastante curto para um documento desta natureza e pediu que fosse projetado o documento permitia ver como está atualmente o Plano Diretor Municipal e como irá ficar no futuro. -----

Este membro explicou que a imagem de cima correspondia ao momento atual e a imagem de baixo apresentava a proposta de alteração que incorporava um conjunto de legislação sobre o Plano de Ordenamento de Albufeiras, entre outras. Disse que o documento respondia às imposições da legislação, mas que, em alguns casos lhe parecia que os interesses do Concelho de Viana poderiam ter sido melhor defendidos. -----

Partindo da explicação da Senhora Arquiteta, o membro Fernando Janeiro considerou que, apesar da alteração da classificação dos solos, verificava-se que havia solos classificados como urbanos que foram transformados em rústicos e exemplificou através da imagem projetada, chamando a atenção para uma zona atrás do Convento que era só urbana e iria passar a rústica, contudo, pelas características apresentadas, poderia ter sido defendido para ficar como urbano. O mesmo se passava na Zona Industrial, onde também havia um terreno urbano que iria passar a rústico e este era o único sítio onde Viana poderia crescer e que tinha ficado uma faixa de 50 metros, podendo ter ficado mais. -----

Indicou ainda outros casos, onde se verificava a mesma situação e afirmou que se deveria fazer uma leitura menos fundamentalista das regras até porque, em sua opinião, a CCDR tem abertura para algumas proteções dos Municípios. -----

Interveio, de seguida, o membro Nuno Grave que fez uma pequena observação no documento, que era extenso e tal como tinha referido a Senhora Arquiteta na questão das incorporações e após análise do documento, verificava-se que os elementos arqueológicos enviados foram integrados no Plano Diretor Municipal. Disse ainda que em fevereiro de 2023, tinha havido



um despacho que falava no património alentejano e que fazia referência a 19 elementos megalíticos em vias de classificação, tal como se verificava que na Carta Arqueológica. Disse que na página 120 do referido documento falava em 18 elementos e na página 130 falava em 17, o que, em sua opinião poderia ser um lapso, pelo que se deveria corrigir. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu-se à intervenção do membro Fernando Janeiro, afirmando que as questões daquele membro foram também propostas que o executivo apresentou e insistiu para que “fossem feitas”. -----

Disse que não tinha a certeza se o terreno a que se referiu o membro Ferrando Janeiro era urbanizável, mas que isso tinha sido um assunto discutido em reunião de Câmara, na qual tinha pedido aos Vereadores para acompanharem o executivo numa demonstração da empresa que estava a trabalhar nesse assunto, mas que “nada melhor que uma explicação técnica”.----

Respondeu a Arquiteta Maria João, que começou por dizer que o prazo relativo ao Plano Diretor Municipal terminava em setembro de 2023, uma vez que a Câmara Municipal tinha iniciado este processo em determinada data e que, em março de 2022, a Câmara tinha deliberado um prazo de nove meses de execução para concluir este procedimento. Como não foi concluído naquele prazo, a legislação previa que só podia haver uma prorrogação de prazo igual ao primeiro, ou seja, nove meses. Foi deliberado em reunião de Câmara e novamente publicado tudo o que havia sobre a prorrogação desse prazo. -----

Assim, a Senhora Arquiteta disse que, ainda que a Lei preveja que todas as regras estejam incorporadas até dezembro do ano em curso, a verdade é que cada um deles vai terminar no prazo que ficou determinado nos procedimentos de abertura das discussões públicas e que seria no dia 9 ou 10 de setembro, uma vez que não se pode prorrogar mais. -----

Em relação à questão dos espaços, disse que eram áreas urbanizáveis e urbanas a consolidar. O Senhor Presidente da Assembleia voltou a intervir e disse que esta “matéria era uma discussão aliciante” e foi projetado o documento relativo às questões levantadas. -----

A Arquiteta Maria João explicou a imagem, salientando a área urbanizada e o espaço de atividades económicas que ficava por baixo e que era a área classificada junto à Zona Industrial. -----

Referiu-se depois à área da Azinhaga da Barca, afirmando ser uma categoria operativa de solo a consolidar. Isto significava que eram solos que ficaram expectantes, os quais tinham características que lhes permitiram, na altura, ficarem dentro do perímetro urbano, mas que se não reunissem até à obrigatoriedade, ou seja, até ao final de 2023, a classificação do solo, teriam de ser resolvidas para se manterem dentro do perímetro urbano, passando a classificar-se como urbanas. -----

Concluída a sua intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro Fernando Janeiro. -----

Este membro disse que poderia haver uma questão que ele não conseguia perceber porque o que estava escrito era solo urbanizado e na legenda solo urbanizável, pelo que questionou se este “solo urbanizado” era solo urbano ou não. -----

Referiu que esta questão lhe tinha suscitado dúvidas quando leu o documento porque, da leitura que fez, considerou que havia solo urbanizável, que passa a rústico, mas havia a outro que, em sua opinião era urbano. -----



A Senhora Arquiteta esclareceu que a área tinha duas categorias operativas, o espaço residencial e o espaço de atividades económicas e usando a imagem projetada explicou que ambos são considerados “solo urbanizável”, embora um seja destinado às atividades económicas. Esta situação está relacionada com o uso dos solos e não com a classificação em Urbano ou rústico. -----

Explicou ainda que havia áreas assinaladas que não tinham características de solo urbanizado consolidado, ou seja, não “tinham um nível para ficarem como solo urbanizado consolidado e exemplificou com a zona junto ao Castelo que é muito “mais massificada do ponto de vista construtivo” e ficou classificada como solo urbanizável consolidado. O que não era solo consolidado não poderia, seguindo as regras, permanecer em solo urbano, de acordo com a nova classificação. -----

Em relação à Azinhaga da Barca, a solução tinha sido criar uma faixa de 50 metros, contudo a CCDDR alertou para o facto da infraestruturação e dos “vazios urbanos”. Neste caso, não haveria aproveitamento porque não iria ficar como urbano e não teria um aproveitamento agrícola. -----

O Senhor Presidente interveio e disse gostaria de expressar o interesse do executivo em manter o máximo de zonas urbanas e referiu que o executivo fez propostas, mas tecnicamente, não foi possível defender a solução apresentada. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro Fernando Janeiro que reforçou a ideia de que se deveria ter feito uma “leitura menos fundamentalista das regras”, até porque a CCDDR tem abertura para aceder a algumas proteções dos Municípios. -----

Referindo –se ao mapa original, disse haver “uma linha”, que mostrava uma área que tinha saneamento e não era considerada solo urbano- disse. -----

O Senhor Presidente da Assembleia interveio e disse que, o saneamento era apenas uma componente e que talvez não fosse suficiente. -----

Seguiu-se a intervenção do Senhor Presidente que afirmou existia um contador de água naquele terreno porque esteve no local e constatou essa situação e referiu que defendia a interpretação do membro Fernando Janeiro, mas que, tecnicamente, não foi possível. -----

A Arquiteta Maria João voltou a intervir e disse que, tal como o Senhor Presidente, também se tinha deslocado ao local. -----

Em relação à Azinhaga da Barca, disse “pedia uma continuidade” porque já existia e que a definição inicial de perímetro urbano “ia até ali”, tendo em conta que havia a capacidade de vir a ser edificado. -----

Explicou que, de facto, um contador não era suficiente porque se estava a falar de redes com capacidades de servirem infraestruturas urbanas públicas. Sendo uma situação pontual, a CCDDR não aceitou, apesar de terem sido feitas várias abordagens e tudo ficou escrito para que houvesse o máximo de informação possível e poderem defender o que se pretendia. -----

Concluiu-se depois que não era possível porque não sendo urbano, teria de ser só rústico e isso não é admissível porque contraria o decreto regulamentar. -----

Assim, foi feito aquilo que se conseguiu, garantindo as faixas pelo nível de estruturação da proximidade das vias públicas totalmente ou parcialmente infraestruturadas, tendo sempre em conta a não criação de espaços vazios e uma lógica de continuidade. -----



A Senhora Arquiteta fez ainda referência à Carta Arqueológica do Concelho de Viana do Alentejo, afirmando que esta tinha sido transmitida à equipa que estava a fazer a alteração, de modo a fazer a incorporação porque era necessário fazê-la, “mais cedo ou mais tarde”. Neste caso, tinham tido a opinião da Direção Regional de Cultura do Alentejo e, quando surgiu o anúncio, em 2023, percebeu-se que era a altura certa para se proceder às últimas colocações dos sítios arqueológicos e tudo aquilo que era património e que era importante colocar.-----

Disse ainda que poderia tratar-se de um lapso ou poderia ser aquilo que tinha sido transmitido na altura porque havia uns arqueossítios que poderiam ter sido logo incorporados e outros aguardavam alguma identificação. Reforçou que tinham sido feitos todos os que eram conhecidos, mas admitia que poderia ter havido alguma falha. -----

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a ajuda e explicação da Senhora Arquiteta. --- Submetida a votação, a proposta foi aprovada com 7 votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Paula Maurício, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, António Grosso, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e 11 abstenções por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, João Antunes, Manuel Rafael e Vasco Fialho) e dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, Fernando Brito e Silva, João Fialho e Bárbara Matadinho). -----

Assim, a Assembleia Municipal de Viana do Alentejo, na sua sessão ordinária de 08 de setembro de 2023, deliberou, sob proposta da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, aprovar a proposta final da 1.ª alteração à 1.ª revisão do PDM de Viana do Alentejo, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, revisto pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação (RJIGT), referente à adequação do PDM ao art.º 199.º do RJIGT e às regras de classificação e qualificação do solo, estabelecidas no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, à redelimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) à luz das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, no Regime Jurídico da REN, e, mormente, da revisão das Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais previstas naquele regime e aprovadas pela Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro, à introdução das novas regras relativas às florestas e aos incêndios florestais e da carta de perigosidade de risco de incêndio florestal, à alteração das regras relativas aos parâmetros de estacionamento no âmbito de operações urbanísticas a realizar em solo urbano, à previsão de um regime excecional e transitório para a legalização de operações urbanísticas realizadas em solo rústico, ao abrigo de atos de licenciamento, praticados na vigência da versão originária do PDM e anteriores à alteração por adaptação do Plano ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, que tenham sido ou estejam em situação de serem declarados nulos, e à adequação dos elementos que constituem o PDM - regulamento e plantas – em função das alterações acima mencionadas e das alterações normativas, acompanhada pelos seguintes documentos:

Regulamento;

Plantas de ordenamento (planta de ordenamento – classificação e qualificação de solo e planta de ordenamento – estrutura ecológica municipal);

Plantas de condicionantes (planta de condicionantes, planta da Reserva Agrícola Nacional e planta da Reserva Ecológica Nacional);

Relatório;



Ata da conferência procedimental;
Pareceres das entidades;
Atas das reuniões de concertação;
Ponderações;
Relatório de Ponderação da Participação Pública;
Ficha dos dados estatísticos.

Antes de se passar para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara agradeceu, também, à Arquiteta Maria João a disponibilidade para estar presente na sessão e pela explicação técnica que apresentou.

Ponto 3) Apreciação escrita sobre a Atividade da Câmara: -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, caso pretendesse esclarecer alguma questão. -----

O Senhor Presidente respondeu que não tinha nada a salientar neste ponto. -----

Interveio o membro Célia Sabino que se referiu a duas reuniões na CIMAC, onde esteve presente o Senhor Presidente da Câmara. Neste sentido, questionou se já estavam previstos os avisos para o concurso que permite aos Municípios candidatarem-se ao Alentejo 20/30 ou ao Portugal 20/30. -----

Acrescentou que tinha conhecimento que este Programa deveria ter tido início em janeiro de 2021 e que não se sabia se já tinham sido iniciados. -----

O membro Célia Sabino questionou quais eram as expectativas do Município para investimentos ou para projetos, no âmbito do Portugal 20/30. Em seguida, usou da palavra, o membro João Antunes que se referiu à página 4 da informação apresentada, realçando que havia dois assuntos que não estavam relacionados e que, por isso, não tinha percebido aquela parte. -----

Ainda sobre a informação da Atividade da Câmara, o membro João Antunes fez alusão à Universidade Sénior, nome inicial deste projeto, iniciado em 2010. Contudo, pelo facto de se ter tornado mais abrangente, a designação mudou para Universidade Popular Túlio Espanca, da Universidade de Évora. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara e disse que se deveria verificar o que se tinha passado relativamente ao texto que não coincide e que o concordava com o membro João Antunes, em relação à designação da Universidade Popular. -----

Em resposta ao membro Célia Sabino, o Senhor Presidente da Câmara referiu que o projetos para o Portugal 20/30 não “estavam completamente fechados, havia discussões em cima da mesa” e aguardava-se a abertura de avisos. -----

Ponto quatro) Proposta de aprovação da Candidatura à medida Radar Social, no âmbito da Componente 03- Respostas Sociais no seu investimento RE-CO3-i01- Nova Geração de Equipamento e Respostas Sociais do Plano de Recuperação e Resiliência (Criação de dois postos de trabalho com contrato a termo certo durante o período de 27 meses, na carreira e categoria de Técnico Superior, com formação em Sociologia e em Serviço Social, que constituirão a equipa do Projeto: -----

Em relação a este ponto, o Senhor Presidente da Câmara solicitou à Senhora Vice –Presidente que esclarecesse este assunto, dado que era a coordenadora do projeto. -----



A Senhora Vice-Presidente, no uso da palavra, disse que a referida candidatura ao Radar Social tinha como finalidade a criação de equipas que seriam responsáveis por realizar o diagnóstico social, o plano de desenvolvimento social, a georreferência dos territórios e execução do plano de ação. Disse ainda que este projeto teria a duração de 27 meses e, no caso de Viana do Alentejo, estes dois Técnicos Superiores iriam constar do Mapa de Pessoal da Câmara, ficando afetos, apenas, a este projeto e acrescentou que o foco deste projeto incidiria nas instituições dos idosos e das pessoas que viviam em isolamento, pessoas com deficiência, pessoas com carência económica. -----

A Senhora Vice-Presidente referiu que considerava de todo o interesse esta medida social e a atribuição de Técnicos Superiores para a resolução de muitos problemas sociais tinham sido acrescentados, dada a situação vivida pelo COVID. -----

O membro João Antunes interveio e disse que conhecia estas candidaturas ao Radar Social, afirmando que o governo do Partido Socialista e, em particular o Ministério do Trabalho e da Segurança Social tinham desenvolvido um trabalho bastante completo dentro da área dos apoios, possibilitando aos Municípios concorrerem e serem financiados dois técnicos durante 27 meses. Assim, destacou uma série de medidas que estão ligadas a estes apoios e que são muito importantes para as famílias e para as pessoas deste país, tais como, a prestação de garantia para a infância, o programa avançar, que é um programa de jovens desempregados com qualificação de nível superior, o PS retirou 660 mil pessoas do risco de pobreza, o pagamento das reformas e das pensões, modelo sustentável até 2060, a existência de um conjunto de respostas inovadoras a equipamentos sociais, a partir de 2024 haverá o abono de famílias automático, a descentralização de competências da ação social e a taxa de desemprego que baixou consideravelmente. -----

Disse que esta medida Radar Social era mais uma que vinha neste âmbito, com as quais concordam, uma vez que a primeira parte do Radar Social será para atualizar os documentos de planeamento estratégico, tais como diagnósticos sociais que permitirão posteriores candidaturas e outras oportunidades. Numa segunda fase, haverá a possibilidade de ser feito um mapeamento, em termos de situações de exclusão, de desigualdade e é neste ponto que os técnicos irão ter um trabalho que se espera ser importante e bem aproveitado e que deverá estar em complementaridade com a rede social, com os contros locais de desenvolvimento social e outros projetos e iniciativas. -----

Depois desta explicação, o membro João Antunes disse que o ponto estava bastante confuso e que, provavelmente, estaria invertido porque a aprovação desta candidatura não necessitava de ter uma aprovação da Assembleia Municipal, convicto de que esta seria uma decisão da Câmara Municipal. -----

Seguidamente, interveio o membro Fernando Janeiro e disse que, de acordo com a Lei 75/2013, no artigo 25º, não havia nenhum ponto que indicasse que as candidaturas tinham de ser aprovadas em Assembleia Municipal e que o que deveria ter ido à Assembleia Municipal seria uma alteração extraordinária ao Mapa de Pessoal para a criação dos dois lugares de Técnico Superior. De qualquer forma, não haveria qualquer problema, tendo em conta que os contratos são a termo certo e é financiado. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro Cecília Lopes que disse que



este assunto era muito importante porque havia a possibilidade de contratar dois técnicos superiores ou contar com os que pertencem ao Município e assim, aproveitar-se-iam recursos já existentes, arrecadando uma verba para o Município. -----

Neste contexto, afirmou que os eleitos do VIVA concordavam e que iriam viabilizar esta proposta, mas que ficasse estipulado que o contrato era resolutivo a termo certo, até ao fim do período do projeto que são 27 meses. -----

O Senhor Presidente respondeu que não havia esses recursos na Câmara e mesmo que houvesse, teriam de sair dos seus lugares para ficar afetos a este projeto. -----

Interveio a Senhor Vice-Presidente da Câmara que esclareceu que a verba para esta candidatura é destinada ao pagamento dos dois técnicos e reforçou o comentário do Senhor Presidente da Câmara relativamente ao facto de não existirem na Câmara estes dois técnicos para este projeto. -----

Usando da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia disse ter percebido a questão levantada pelo membro Fernando Janeiro, quando se referiu à “submissão à Câmara Municipal a criação de dois lugares na categoria de Técnico Superior no Mapa de Pessoal”. -----

O Senhor Presidente da Assembleia considerou que, apesar este ponto não estar convenientemente formulado, o que se pretendia com a submissão à Assembleia Municipal, era garantir esse cabimento, dentro do Mapa de Pessoal, daqueles dois postos de trabalho nas condições em que estão explícitas. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara que chamou a atenção para o documento, onde é feita a caracterização dos dois postos de trabalho, o que prova que a intenção era garantir esses dois lugares no Mapa de Pessoal. -----

Interveio o membro Fernando Janeiro que disse que o que lhe parecia correto ter vindo à Assembleia seria uma alteração extraordinária ao Mapa de Pessoal com a justificação do Radar Social e não “Aprovação da Candidatura”, conforme se lê. Para além disso, o ponto refere “submete-se à Câmara” e “estamos na Assembleia” – afirmou. -----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que tinha sido essa a sua leitura e que o ponto deveria ser mais claro. Concluiu que o que estava em causa naquele ponto, não seria autorizar uma candidatura, mas uma alteração pontual ao Mapa de Pessoal do Município para dar cabimento a dois Técnicos Superiores, nas condições apresentadas. -----

Submetido a votação, a proposta foi a aprovada com 7 votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Paula Maurício, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, António Grosso, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e 11 abstenções por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, João Antunes, Manuel Rafael e Vasco Fialho) e dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, Fernando Brito e Silva, João Fialho e Bárbara Matadinho). -----

Em representação dos eleitos do PS, o membro João Antunes apresentou uma declaração de voto. -----

Declaração de Voto

“Consideramos que este ponto está invertido. A proposta de aprovação desta candidatura não necessitava de ter aprovação da Assembleia Municipal. Esta é uma decisão apenas da



Câmara Municipal, não nos recordamos que alguma vez uma candidatura tivesse de ser aprovada pela Assembleia Municipal, aliás, se consultamos a Lei 75/2013, no artigo 25º, refere que não existe essa competência pela Assembleia Municipal. Para este órgão, Assembleia Municipal, o que deveria estar aqui em discussão era um ponto com alteração ao Mapa de Pessoal, mas assistimos, provavelmente, aqui, a um erro processual. A bancada do PS viabiliza este ponto, através da sua abstenção, tendo em consideração todo o trabalho que será realizado em benefício dos munícipes do Concelho de Viana do Alentejo”

Ponto cinco) Proposta de aprovação de um empréstimo de M/L prazo, destinado à Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa em Viana do Alentejo: -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse que aquele assunto já era conhecido de todos e que já tinha “passado pela Assembleia e pela Câmara”. Passou pelos trâmites que “tinha de passar” e voltou à Assembleia. ----- Explicou que aquele empréstimo era destinado à Requalificação da EBSIS, o qual seria fundamental para a continuidade da obra, não sendo aprovado, não seria possível concluí-la obra- afirmou. -----

O Senhor Presidente da Câmara alertou, ainda, para o facto da aprovação ter, no mínimo 10 votos a favor. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, analisando o documento, constatou que a proposta mais vantajosa era a que tinha sido apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola, sendo a proposta de adjudicação àquela entidade bancária. -----

Usou da palavra o membro Fernando Janeiro que mencionou a Requalificação da EBSIS como uma obra de extrema importância para o Concelho de Viana do Alentejo, mas o que lhe é apresentado é apenas um mapa comparativo, sem a indicação da proposta que se pretende aprovar. -----

Disse que, tal como o Senhor Presidente da Assembleia, também tinha considerado que a proposta da Caixa de Crédito Agrícola seria a mais vantajosa, mas que “isto não tinha de ser assim”, e frisou que o que deveria ter vindo à Assembleia seria uma proposta feita pelos técnicos que avaliaram e que assinaram. -----

Acrescentou que na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2022, a Chefe de Divisão de Gestão de Recursos, na altura em funções, tinha informado sobre a autorização para contrair empréstimos e citou o excerto da ata que corresponde a este assunto. De acordo com essa informação, a proposta que se apresenta, não é concreta-disse. -----

Para além disso, na proposta, não estava indicado o prazo do empréstimo e essa informação deveria constar da documentação entregue porque era muito importante. -----

Disse ainda que na referida sessão, a Assembleia tinha autorizado a realização de investimento com recurso à contratação de empréstimo de M/L prazo e que o prazo daquela obra iria terminar em 4 meses e só agora as propostas tinha sido submetidas a aprovação. -----

Acrescentou que os empréstimos tinham juros e com a taxa de juros atual eram 35 mil euros de juros por ano e fez referência ao imóvel em ruínas que a Câmara adquiriu por 370 mil euros, que se não se tivesse realizado, este empréstimo teria sido de apenas 430 mil euros, reduzindo, assim, para metade o valor dos juros. -----



Ainda na sua intervenção, este membro disse que se esperava que, assim que o Município recebesse o reembolso, o valor fosse amortizado. Caso não acontecesse, com as atuais taxas, este empréstimo custaria, em juros, cerca de 380 mil euros. -----
Neste âmbito, questionou quais eram as expetativas do Município, relativamente às amortizações deste empréstimo. -----
Seguidamente, usou da palavra o membro João Fialho que disse que já tinham aprovado este ponto e que lamentavam que o processo tenha sido mal instruído e que tenha “caído”, pelo que a bancada o VIVA gostaria de saber os motivos que estiveram na base daquele processo. O Senhor Presidente respondeu tinha sido uma falha de uma funcionária que tinha aberto uma proposta, e só se apercebeu quando viu o assunto. Assim, o processo já não se seguiu porque seria uma injustiça, com uma proposta aberta, “levar o processo para a frente”, tendo sido feito novo processo -disse -----
Respondendo ao membro Fernando Janeiro, O Senhor Presidente da Câmara disse que a intenção daquele empréstimo era a EBSIS e que à medida que se fosse recebendo, se iria amortizando o empréstimo. -----
Discutido o ponto, submeteu-se a votação, tendo sido aprovado com 13 votos a favor por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Paula Maurício, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, António Grosso, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, Fernando Janeiro, João Antunes, Manuel Rafael e Vasco Fialho) e 5 abstenções por parte dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, Fernando Brito e Silva, João Fialho e Bárbara Matadinho). -----
Em representação dos eleitos do PS, o membro Fernando Janeiro apresentou uma declaração de voto. -----

Declaração de Voto

“Como a Requalificação da EBSIS é de extrema importância para o Concelho de Viana, e considerando que a abstenção de toda a oposição levaria à impossibilidade de contratação deste empréstimo, a bancada do PS vota favoravelmente esta proposta. No entanto, deixamos a nota que deve haver um compromisso do atual executivo para que, após o reembolso das despesas, o empréstimo seja totalmente amortizado, poupando, assim, mais de 300 mil euros ao Município, em juros. “

Passou-se de ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:

Ponto seis) Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto também Presidente de Junta para participar no XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que se realiza no próximo dia 30 de setembro, no Pavilhão Cidade da Amora, no Seixal: -----

O Senhor Presidente da Assembleia explicou que o que estava em causa naquela votação era a eleição de um Presidente de Junta e o do seu substituto, pelo que o mais votado seria o titular e o segundo mais votado seria o suplente. Assim, evitar-se-ia uma segunda votação, contudo, se os membros da Assembleia se sentissem “mais confortáveis” com uma segunda votação, proceder-se-ia dessa forma. -----
Decidiu-se que se abririam os votos para eleger o titular e repetir-se a votação para o suplente.



Por escrutínio secreto, votou-se o Presidente de Junta de Freguesia, tendo sido eleito com 11 votos, o Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, Vasco Fialho. -----
Realizada a segunda votação, foi eleito substituto do Presidente de Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, com 11 votos, o Presidente da Junta de Alcáçovas, Frederico Carvalho. –
Passou-se ao último ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Ponto sete) Transferência de verba para a Freguesia de Alcáçovas: -----

O Senhor Presidente da Câmara explicou que “era uma formalidade” e que todos tinham conhecimento que os apoios à Juntas de Freguesia tinham de passar pela Assembleia Municipal. Tendo sido aprovado em reunião de Câmara, apresentava-se à Assembleia, para decisão. -----

Na ausência da Secretária da Junta de Freguesia de Alcáçovas, por se considerar impedida, o ponto foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Esgotada a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período destinado à intervenção do público. -----

Não se registaram quaisquer intervenções neste período. -----

Passou-se de imediato à leitura da minuta correspondente a esta ata. Votada, foi aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão à uma hora e quinze minutos do dia 9 de setembro de 2023. -----



O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
